

S
UFRJ/IEI
T0258

034478-8



DERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL



TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 258

EMPREGO NOS ANOS OITENTA: UMA DÉCADA
PERDIDA

João Sabōia
Agosto/1991

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL



EMPREGO NOS ANOS OITENTA - UMA DÉCADA PERDIDA (*)
(**)

João Sabóia
Agosto/1991



43 - 016650

-
- (*) Trabalho preparado para o Seminário "Modelos de Organização Industrial, Política Industrial e Trabalho", Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, São Paulo, 11 e 12 de Abril de 1991.
- (**) Professor Titular da Faculdade de Economia e Administração e do Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

anpec

Associação Nacional de
Centros de Estudos e Pesquisas em
Economia

ESTE TRABALHO FOI IMPRESSO NO
IEI, COM A COLABORAÇÃO DA ANPEC
E O APOIO FINANCEIRO DO PNPE

PROGRAMA NACIONAL DE
PESQUISA EM ECONOMIA
PNPE

FEA - UFRJ
BIBLIOTECA
Data: 07, 07, 93
N: 034478-8

MS 88846

3
UFRJ/IEI

TD 258

FICHA CATALOGRÁFICA

SABOIA, João Luiz Maurity.

Emprego nos anos oitenta: uma década perdida/
João Saboia. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1991.

23p.; 21 cm.; (Texto para discussão. IEI/UFRJ;
nº 258).

Trabalho preparado para o seminário "Modelos
de Organização Industrial, Política Industrial e
Trabalho", ABET/SP de 11 a 12/04/91.

1. Mercado de Trabalho-Brasil. I. Série. II.
Título.

INTRODUÇÃO

Os anos oitenta foram perversos para a economia brasileira. Após décadas de crescimento relativamente sustentado, com uma taxa histórica da ordem de 7% ao ano, o país apresentou uma taxa média de crescimento do PIB de apenas 1,6% ao ano entre 1980 e 1990. Em outras palavras, o crescimento econômico durante a década de oitenta foi insuficiente para compensar o aumento da população brasileira, acarretando um recuo do PIB per capita.

Após a crise do início da década, associada aos desequilíbrios externos da economia, o país passou por três anos de crescimento, que terminaram em 1986 com a experiência do Plano Cruzado. A partir de então houve várias tentativas de correção dos rumos da economia, no sentido de combater a tendência crônica de crescimento da inflação. Como consequência, houve uma estagnação da economia no quadriênio 1987/90. O final da década não poderia ter sido mais desanimador. Em 1990 o país sofreu a maior queda do PIB desde a década de quarenta, quando teve início o registro das Contas Nacionais pela Fundação Getúlio Vargas - menos 4,6% segundo as estimativas preliminares.

As consequências de tal performance econômica sobre o mercado de trabalho foram drásticas. Embora não tenha havido uma explosão do desemprego urbano - pelo menos é esta a informação que as estatísticas oficiais nos fornecem -, o mercado de trabalho passou por importantes transformações, trazendo sérias dificuldades para os trabalhadores.

Diversos trabalhos foram produzidos nos últimos anos, procurando analisar as mudanças ocorridas no mercado de trabalho no Brasil ao longo dos anos oitenta. Alguns destacaram características regionais, enquanto outros procuraram identificar os movimentos gerais do emprego no país (exemplo: Jatobá, (1985); Saboia (1986); Cacciari (1988 e 1989) e Dedecca (1990)).

Encerrada a "década perdida", a disponibilidade de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) permite que seja tentada uma primeira análise retrospectiva do comportamento do mercado de trabalho no Brasil durante os anos oitenta. Retomaremos, a seguir, a discussão de alguns movimentos já identifica-

dos em Sabóia (1986) para o período 1980/83, incorporando as transformações ocorridas no restante da década. (1)

1 - PRINCIPAIS MOVIMENTOS

Uma constatação preliminar deve ser reforçada. Apesar da profundidade da crise que assolou a economia brasileira na década passada, as taxas de desemprego permaneceram relativamente baixas. No auge da crise - em 1983/84 - as taxas médias de desemprego aberto das seis principais regiões metropolitanas do país situavam-se entre 7 e 8%, níveis muito inferiores aos atingidos nas economias desenvolvidas ao longo dos anos oitenta. (2)

Apesar das dificuldades na comparação dos valores absolutos do emprego a partir dos dados da PNAD (3), constata-se um crescimento substancial da população total ocupada (3,2% ao ano), tendo passado de 44,2 milhões em 1979 para 60,6 em 1989. Trata-se, indiscutivelmente, de uma performance impressionante em um período de crise econômica. Excetuando-se a região Sul, devido à forte migração da população rural, inclusive para outras regiões do país, em todas as regiões repetem-se as elevadas taxas de crescimento do emprego ao longo dos anos oitenta.

(1) O correto é identificar uma década tendo início em um ano de final "1" e terminando em um ano de final "0". Portanto, a década de oitenta inicia-se em 1981 e termina em 1990. Os últimos dados disponíveis para a PNAD correspondem a 1989. Por outro lado, em 1980 houve Censo Demográfico em vez de PNAD. Assim, a "década" considerada neste texto será flexível, iniciando-se entre 1979 e 1981 e terminando em 1989 ou 1990, dependendo dos dados utilizados.

(2) Os dados das taxas de desemprego das regiões metropolitanas correspondem ao critério de semana de referência. Quando ampliado para o período de 30 dias apresentam valores ligeiramente superiores, tendo atingido cerca de 9% em 1984. As taxas de desemprego levantadas pela SEADE para São Paulo, utilizando critérios mais amplos para a noção de desemprego, embora mais elevadas, não invalidam a afirmação acima. Quanto à experiência internacional, foram encontradas taxas de desemprego atingindo até 20% da PEA em alguns países europeus durante a década de oitenta.

(3) A dificuldade com os dados absolutos da PNAD deve-se à expansão da amostra, que necessita de hipótese sobre a taxa de crescimento populacional, muitas vezes não verificadas ex-post.

A comparação entre o emprego rural e urbano fornece situações totalmente distintas. Enquanto o emprego agrícola esteve estagnado (-0,2% ao ano) na década, a população ocupada em atividades não-agrícolas cresceu 4,6% ao ano. Em outras palavras, o movimento migratório rural/urbano continuou durante os anos de crise econômica, tendo esta população, de uma forma ou de outra, conseguido ser absorvida no mercado de trabalho urbano. O crescimento do emprego não-agrícola variou entre 2,9% ao ano na região Sul e 4,9% na região Nordeste. (4) Os dados agregados de crescimento da população ocupada em atividades não-agrícolas durante a década não parecem corresponder a uma economia que passou boa parte dos anos oitenta em recessão.

Outra importante característica da evolução do emprego na década passada foi o aumento da participação feminina na população ocupada. Enquanto as mulheres representavam 31,2% da população ocupada em 1981, em 1989 já atingiam 35,2%. Este crescimento decorreu de uma elevação da taxa de atividade feminina de 32,9% para 38,7% no período, ao mesmo tempo em que a taxa de atividade dos homens variava muito pouco - 74,6 e 75,8% respectivamente.

Os números acima são coerentes com o crescimento da importância das mulheres enquanto chefes de família. Seu percentual elevou-se de 16,9% para 20,1% do total de famílias entre 1981 e 1989. Se por um lado estes dados representam um movimento secular de crescimento da importância do papel sócio-econômico das mulheres, por outro eles parecem estar afetados pelas dificuldades surgidas em um período de crise econômica, induzindo parcela da população - não apenas feminina - a buscar o mercado de trabalho para complementar a renda familiar. Esta afirmativa é corroborada pelo aumento das famílias com dois ou mais componentes ocupados ao longo da década - 41,9% em 1981 e 45,7% em 1989.

Durante os anos oitenta houve também modificações importantes na estrutura etária da população ocupada. Os trabalhadores jovens tiveram uma redução significativa entre os ocupados. A queda atingiu os grupos etários até 24 anos. No caso dos mais jo-

(4) Os dados da PNAD indicam um crescimento ainda maior para o emprego na região Centro-Oeste, decorrentes da incorporação da população rural da região Centro-Oeste aos dados da PNAD a partir de 1981.

vens - até 14 anos - a participação na população ocupada baixou de 6,7% para 4,9% entre 1981 e 1989. Estas mudanças decorrem de dois movimentos simultâneos. Em primeiro lugar, houve envelhecimento da própria população, resultante do processo de queda da taxa de fertilidade. Em segundo lugar, ocorreram modificações nas taxas de atividade dos jovens. Estas são bastante diferenciadas segundo a região, decrescendo com a renda familiar. A evolução das taxas de atividade dos jovens apresentou movimentos distintos para os vários níveis de renda familiar durante os anos oitenta.(5)

A década de oitenta trouxe ainda importantes mudanças no emprego setorial. A primeira já foi discutida acima, resultando em importante queda do emprego agrícola. A crise, entretanto, atingiu diferenciadamente os vários setores econômicos urbanos. O resultado mais notável foi o crescimento da importância do terciário, que saltou de 43,6% do emprego em 1979 para 53,3% em 1989. Dentre os segmentos do terciário, cabe destacar o aumento da participação da prestação de serviços, comércio, atividades sociais e administração pública, responsáveis por 43,2% do emprego do país em 1989. No final da década, o ramo de prestação de serviços era responsável por um terço dos empregos do setor terciário. A participação do emprego industrial permaneceu relativamente constante ao longo da década.

O crescimento do emprego terciário deve-se em parte a uma tendência histórica, que se acentuou com a crise econômica. Em outras palavras, a tendência de terciarização do emprego é mundial, havendo vários países onde o emprego no terciário já atinge 70% da população economicamente ativa. No caso do Brasil, entretanto, o crescimento do setor terciário acelerou-se na década de oitenta, trazendo simultaneamente uma deterioração das condições de emprego nas áreas urbanas. O movimento de terciarização do emprego foi generalizado nas diferentes regiões, havendo, entretanto, diferenças importantes. Assim, enquanto na região Sudeste 58,1% do emprego localizava-se no setor terciário em 1989, na região Nordeste o percentual situava-se em apenas 44,4%.

(5) Para uma discussão sobre a participação dos menores no mercado de trabalho durante a década de oitenta ver Crianças e Adolescentes, Indicadores Sociais, volume 2, IBGE, Rio de Janeiro, 1990.

2 - ASSALARIAMENTO E CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA

Alguns autores têm apontado para o crescimento do assalariamento - regulamentado ou não - no Brasil na década de oitenta (Cacciamali (1988)), enquanto outros deduzem deste movimento uma tendência de integração do mercado de trabalho brasileiro (Salm et alli (1987)). Mostraremos, a seguir, algumas importantes transformações ocorridas nas relações de trabalho assalariadas, procurando qualificar a evolução do assalariamento no país.

Efetivamente, verifica-se um tendência global de crescimento da importância do emprego assalariado, representado pelos empregados com ou sem carteira de trabalho assinada. Eles atingiam 62,3% da população ocupada em 1979 e 66,0% em 1989. Este movimento é mais nítido em regiões como o Nordeste, onde o assalariamento é menos desenvolvido - 47,2% em 1979 e 54,5% em 1989. De uma certa forma estes dados não chegam a surpreender, na medida em que já identificamos acima um crescimento da importância do emprego não-agrícola vis-à-vis ao emprego agrícola. Em outras palavras, o trabalhador rural, ao transformar-se em urbano, tende a assalariar-se, deixando de ser um trabalhador por conta própria ou um trabalhador não remunerado. Este fato seria suficiente para provocar o crescimento das taxas globais de assalariamento.

Quando separado o emprego agrícola do não-agrícola os resultados são bastante distintos. Enquanto no emprego agrícola ocorre um crescimento nítido do trabalho assalariado, o oposto parece ocorrer no emprego não-agrícola. No primeiro caso há uma elevação da participação dos empregados no total da população ocupada - 33,5% em 1979 e 37,4% em 1989 -, enquanto no segundo caso há uma ligeira queda - 76,2% e 74,5% respectivamente. Estes dados parecem indicar que o crescimento do assalariamento no país na década de oitenta foi basicamente um fenômeno ocorrido nas relações de trabalho no setor agrícola. (6)

O crescimento relativo do assalariamento nas atividades agrícolas é uma característica que se repete pelas diversas regiões do país. Quanto à queda do assalariamento nas atividades

(6) Os dados retrospectivos da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE corroboram nossas afirmações, não indicando qualquer tendência de crescimento do assalariamento nas seis principais regiões metropolitanas do país ao longo da década de oitenta.

não-agrícolas ocorre apenas nas regiões mais desenvolvidas - Sul e Sudeste. A região Nordeste, que possuía as menores taxas de assalariamento da mão-de-obra não-agrícola, apresentou uma pequena elevação - 66,1% em 1979 e 68,4% em 1989.

A posse da carteira de trabalho assinada acrescenta novas informações à discussão. A crise do início dos anos oitenta trouxe um grande recuo no percentual da população empregada com carteira de trabalho assinada - 37,3% em 1979 e 34,3% em 1983. A recuperação econômica do período 1984/86 reverteu esta tendência, que se manteve até o final da década - 39,1% em 1989. Movimento simétrico ocorreu com os assalariados sem carteira de trabalho assinada. Em 1989, entretanto, o percentual de empregados sem carteira de trabalho assinada superava o nível de 1979 - 26,9% e 25,0% respectivamente.

A análise regional sobre a posse da carteira de trabalho assinada aponta para movimentos acentuados nas regiões desenvolvidas, onde a crise econômica foi mais intensa. No Estado de São Paulo, por exemplo, o percentual de empregados com carteira de trabalho assinada no total da população ocupada caiu de 57,3% em 1979 para 51,1% em 1983, recuperando-se lentamente até atingir 56,4% em 1989. No Nordeste, em contrapartida, houve uma tendência constante de crescimento da importância do assalariamento com carteira assinada, porém a partir de níveis bem inferiores - 19,1% em 1979 e 22,8% em 1989.

A comparação entre setores agrícola e não-agrícola mais uma vez mostra comportamentos diferenciados. Enquanto nas ocupações agrícolas o crescimento do assalariamento deu-se basicamente com a assinatura da carteira de trabalho, nas não-agrícolas a queda do assalariamento com carteira foi muito forte até 1983, não tendo havido recuperação suficiente até o final da década. Assim, havia 8,2% de assalariados agrícolas com carteira assinada no total da população ocupada em 1989 contra 4,5% em 1979. (7) Para os assalariados não-agrícolas houve queda de participação entre 1979 e 1989 - 53,5% e 48,4% respectivamente da população ocupada.

(7) Cerca de um de cada cinco assalariados agrícolas possuía carteira de trabalho assinada em 1989. Trata-se, indiscutivelmente, de uma situação bastante precária, porém mais favorável que em 1979.

Quando comparados os vários ramos de atividade não-agrícola, observa-se que em nenhum deles houve aumento da importância do emprego com carteira relativamente ao sem carteira. (8) Embora em alguns ramos a situação de posse da carteira assinada tenha melhorado a partir de meados da década, esta não foi suficiente para reverter a queda anterior. Pode-se exemplificar com o caso da indústria de transformação, onde 87,3% dos empregados possuíam carteira assinada em 1979 e 83,2% em 1989. Ou ainda com o caso da prestação de serviços - 39,9% e 37,2% respectivamente. Estes dados confirmam a deterioração generalizada das condições de trabalho nas regiões urbanas do país ao longo dos anos oitenta. (9)

3 - RENDIMENTOS DO TRABALHO

As dificuldades enfrentadas pelo mercado de trabalho deveriam trazer como corolário uma deterioração dos níveis de remuneração da mão-de-obra. Tal fato, entretanto, não ocorreu, ao menos na dimensão que se poderia esperar. Contribuíram para isso alguns elementos. Em primeiro lugar, a existência de uma política salarial redistributiva entre 1979 e 1982 protegeu os menores salários no início da década. Em segundo lugar, o Plano Cruzado trouxe melhorias inegáveis aos rendimentos do trabalho em 1986. Em terceiro lugar, a indexação generalizada da economia teve papel relevante na manutenção dos salários e outros rendimentos dos trabalhadores. Finalmente, a tendência à hiperinflação e as políticas econômicas daí resultantes foram prejudiciais para os ganhos provenientes do trabalho no final da década.

(8) A rigor existe uma exceção - a administração pública -, onde os estatutários (sem carteira) foram substituídos pelos celetistas (com carteira).

(9) A deterioração das condições de trabalho nas regiões urbanas pode ser ilustrada comparando-se as atividades agrícolas com a prestação de serviços (atividade tipicamente urbana). Em 1979 apenas 13,5% dos assalariados agrícolas possuíam carteira assinada no país, enquanto 39,9% a possuíam na prestação de serviços. Dez anos depois o percentual agrícola havia atingido 22,0%, enquanto na prestação de serviços havia recuado para 37,2%.

Os rendimentos médios do trabalho tiveram um crescimento real da ordem de 25% entre 1981 e 1989. Tal resultado não deixa de ser surpreendente tendo em vista o comportamento medíocre da economia e as elevadas taxas inflacionárias do período. O crescimento foi bem mais modesto quando considerados apenas os empregados - 9%. Curiosamente, os empregados sem carteira assinada, embora recebendo salários inferiores à metade dos recebidos pelos que possuem carteira assinada, obtiveram maiores ganhos reais ao longo dos anos oitenta - 18% contra 5%.

Os diferenciais regionais permaneciam elevados no final da década. Um trabalhador da região Sudeste recebia em média mais do que o dobro do recebido por um trabalhador nordestino em 1989. Para os empregados com e sem carteira assinada os diferenciais eram ainda maiores. Um empregado com carteira assinada na região Sudeste recebia mais de quatro vezes o salário de um nordestino sem carteira assinada.

A distribuição de renda em geral, e dos rendimentos do trabalho em particular, apresentou uma piora significativa ao longo da década. Este movimento deu-se em duas etapas. A primeira em 1983, quando a crise econômica se aprofundou, e a segunda em 1988/89, quando a inflação explodiu. Enquanto em 1981 os 10% com rendimentos do trabalho mais elevados recebiam 44,9% do rendimento total, em 1989 já atingiam 51,5%. Para os trabalhadores colocados no 1% do topo da pirâmide de rendimentos os percentuais elevaram-se de 12,1% para 15,9% no período. Em 1989 eles se apropriavam do equivalente ao recebido pelos 60% com menores rendimentos. Consequentemente, o índice de Gini cresceu bastante, passando de 0,553 em 1981 para 0,618 em 1989. (10)

A piora significativa da distribuição de rendimentos do trabalho no final da década de oitenta é uma excelente ilustração dos danos causados pela aceleração inflacionária. Apesar de todos os mecanismos de indexação da economia brasileira, seus efeitos atingiram diferenciadamente a população trabalhadora, beneficiando basicamente os trabalhadores com maiores rendimentos, que tiveram acesso à indexação no sistema financeiro.

(10) Foi utilizado o limite inferior para o índice de Gini. Os valores encontrados no Brasil estão entre os mais elevados do mundo segundo os dados do Banco Mundial.

4 - O ANO DE 1990

1990 foi um ano especialmente desfavorável. Decidido a acabar com a inflação "com um único tiro", o Governo Collor mergulhou o país na maior recessão de que se tem registro. Grosso modo, o ano pode ser dividido em três períodos. Os primeiros dois meses e meio anteriores ao Plano Collor, quando a economia caminhava para a hiperinflação; os meses logo após o Plano, quando as atividades econômicas estiveram praticamente paralisadas; e o segundo semestre, quando finalmente a economia ajustou-se às novas condições.

Embora tendo se elevado cerca de um ponto e meio percentual em relação a 1989, as taxas de desemprego mantiveram-se em níveis moderados. (11) A média das seis principais regiões metropolitanas atingiu o máximo de 5,3% em maio, recuando no segundo semestre. (12) As taxas máximas regionais ocorreram entre abril e maio. Os maiores valores foram encontrados na indústria de construção civil em abril e na indústria de transformação em maio - 7,2%. De qualquer forma, o desemprego de 1990 foi inferior ao encontrado em 1983, período de auge da crise econômica dos anos oitenta.

O custo da recessão de 1990 pode ser melhor avaliado a partir das modificações ocorridas na posição na ocupação dos trabalhadores. Entre janeiro e dezembro houve uma queda substancial na participação dos empregados com carteira assinada no total da população metropolitana ocupada, passando de 59,3% para 55,1%. Trata-se do menor percentual verificado nos últimos seis anos. Simultaneamente houve um crescimento da participação de empregados sem carteira assinada e de trabalhadores por conta própria em relação a 1989. O percentual de trabalhadores por conta própria encontrado em dezembro de 1990 nas seis principais regiões metro-

(11) Nesta seção utilizaremos como fonte de dados a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, na medida em que a PNAD para 1990 ainda não encontrava-se disponível quando da elaboração deste texto.

(12) A queda das taxas de desemprego no segundo semestre é um fenômeno sazonal, que se repete a cada ano nas diferentes regiões metropolitanas pesquisadas segundo a PME.

politanas do país - 19,9% - foi o maior de toda a série retrospectiva iniciada em 1982.

Os rendimentos do pessoal ocupado despencaram em 1990 quando comparados com 1989. A maior queda ocorreu logo após o Plano Collor. Até mesmo o movimento sazonal de crescimento dos rendimentos reais ocorrido no final de cada ano não se verificou em 1990. Quando comparados os meses de dezembro, observa-se quedas reais dos rendimentos nas suas regiões metropolitanas, variando entre 26% no Recife e 36% em Salvador. As quedas são generalizadas, atingindo empregados com ou sem carteira assinada e trabalhadores autônomos das seis regiões metropolitanas. Nem mesmo os rendimentos dos empregadores foram poupados em 1990.

O ano de 1990 foi suficientemente desfavorável para cancelar alguns ganhos que vinham se acumulando no mercado de trabalho do país desde o "fundo do poço" atingido em 1983. A reversão da tendência de crescimento do assalariamento com carteira assinada e o consequente aumento do número de trabalhadores por conta própria - cerca de meio milhão, nas suas regiões metropolitanas, em apenas um ano - são dados preocupantes.

5 - COMENTÁRIOS FINAIS

A economia brasileira continua a desafiar os analistas. Uma década de dificuldades não foi suficiente para eliminar um certo dinamismo que o país insiste em manter. Diferentemente das experiências das economias desenvolvidas, o desemprego não explodiu no Brasil, nem mesmo no auge da crise. De uma forma ou de outra, a população encontrou mecanismos para se incorporar a alguma atividade econômica, mesmo em condições precárias. O crescimento da população ocupada no período foi surpreendente.

As mudanças da década são de duas ordens. Algumas constituem tipicamente a continuação de tendências seculares, embora possivelmente aceleradas pela crise econômica - aumento do emprego feminino, crescimento relativo do setor terciário e queda do primário. Outras estão claramente associadas à própria crise - recuo na participação dos assalariados com carteira assinada nas regiões urbanas e crescimento do emprego autônomo.

O movimento migratório das ocupações agrícolas para as não-agrícolas foi intenso, trazendo no seu bojo um aumento vigoroso do emprego terciário. Como consequência, houve um crescimento das relações de assalariamento, características das atividades urbanas. Uma descrição estilizada do que teria ocorrido na década seria a transformação de trabalhadores agrícolas em trabalhadores do comércio ou prestadores de serviço. Os primeiros, possivelmente na condição de autônomos ou trabalhadores não remunerados e os segundos assalariados sem carteira de trabalho assinada ou mesmo permanecendo na condição de autônomos. Em outras palavras, trata-se de uma tendência de assalariamento espúria, na qual as novas condições de trabalho são tão ou mais precárias que as anteriores.

O aumento do assalariamento ocorreu com forte intensidade no interior das ocupações agrícolas nas diversas regiões do país. Partindo de um patamar muito baixo, o assalariamento com carteira assinada nas ocupações agrícolas elevou-se consideravelmente na década. Este seria um movimento associado a um crescimento das relações de trabalho capitalista no setor agrícola.

Quando consideradas as ocupações não-agrícolas, entretanto, observam-se dois tipos de tendências. Por um lado, nas regiões mais desenvolvidas parece ter ocorrido um retrocesso na evolução do assalariamento, enquanto nas mais atrasadas o assalariamento se intensificou. O assalariamento com carteira assinada recuou bastante no início da década nas atividades não-agrícolas nas regiões mais desenvolvidas, recuperando-se lentamente em seguida. As regiões mais atrasadas foram menos atingidas pela crise econômica, mantendo a tendência de crescimento do assalariamento com carteira assinada nas atividades não-agrícolas.

Em termos globais, o assalariamento sem carteira aumentou de importância relativamente ao assalariamento com carteira assinada nas ocupações não-agrícolas ao longo da década de oitenta. Este movimento é generalizado nos diferentes setores da indústria e do terciário. Por outro lado, também o emprego por conta própria parece ter se elevado nas regiões urbanas. Estes dados sugerem uma mudança de comportamento das empresas durante a crise, que teriam passado a subcontratar parte do serviço desen-

volvido anteriormente no seu interior. Nesta nova situação, os subcontratados seriam empresas que não registrariam seus empregados ou então trabalhadores autônomos diretamente subcontratados pelas empresas.

Os rendimentos do trabalho apresentaram resultados até certo ponto surpreendentes. Apesar da crise econômica foram parcialmente protegidos pela indexação da economia, sofrendo maiores perdas na medida em que a inflação se acelerava. O fato mais grave foi o aumento da concentração dos rendimentos do trabalho no final da década, quando os mecanismos de indexação foram incapazes de proteger os menores níveis de rendimento contra a hiperinflação. A década se encerrou deixando o Brasil com uma das piores distribuições de renda do mundo, trazendo saudades dos níveis de concentração da renda dos anos setenta.

O ano de 1990, que teoricamente encerra a década de oitenta, foi catastrófico. Como resultado da política econômica do Governo Collor os rendimentos do trabalho se deterioraram e o lento movimento de recuperação do mercado de trabalho foi bloqueado e revertido. A participação dos empregados com carteira assinada no emprego metropolitano despencou e o emprego por conta própria atingiu o maior nível até então registrado nas regiões metropolitanas. São dados que ilustram inequivocamente um retrocesso no mercado de trabalho. Se ainda havia alguma esperança para o final da década de oitenta, a nova orientação da política econômica iniciada em 15 de março de 1990 encarregou-se de torná-la, definitivamente, "a década perdida".

BIBLIOGRAFIA

CACCIAMALI, Maria Cristina, A Estrutura Regional do Emprego no Brasil ao Longo da Década de 80: Tendências a Maior Assalariamento, Seminário de Avaliação Metodológica da PNADs, Nova Friburgo, junho, 1988.

CACCIAMALI, Maria Cristina, Expansão do Mercado de Trabalho não Regulamentado e Setor Informal no Brasil, Estudos Econômicos, vol. 19, nº especial, 1989.

DEDECCA, Claudio, Dinâmica Econômica e Mercado de Trabalho Urbano: Uma Abordagem da Região Metropolitana de São Paulo, Tese de Doutorado, Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, outubro, 1990.

IBGE, Crianças & Adolescentes, Indicadores Sociais, vol. 2, Rio de Janeiro, 1990.

IBGE, Síntese de Indicadores da Pesquisa Básica da PNAD de 1981 a 1989, Rio de Janeiro, 1990.

JATOBÁ, Jorge, Desenvolvimento Regional, Crise e Mercado de Trabalho: O Caso Brasileiro com Especial Atenção para o Nordeste, 1981-83, Revista Econômica do Nordeste, vol.13, nº 3, outubro-dezembro, 1985.

SABÓIA, João, Transformações no Mercado de Trabalho no Brasil durante a Crise: 1980-1983, Revista de Economia Política, vol. 6, nº 3, julho-setembro, 1986.

SALM, Claudio et alii, O Mercado de Trabalho Brasileiro: Estrutura e Conjuntura, IEI/Mtb, Rio de Janeiro, 1987.

TABELA 1

TRABALHO - INDICADORES DE CONDIÇÃO DE ATIVIDADE PARA AS PESSOAS DE 10 ANOS
OU MAIS DE IDADE - 1981-1989
BRASIL

ESPECIFICAÇÃO	INDICADORES DE CONDIÇÃO DE ATIVIDADE PARA AS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE (%)							
	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Taxa de Atividade								
Total	53,4	54,8	54,8	56,1	55,8	57,1	56,8	56,7
Homens	74,6	74,8	74,6	76,0	75,7	76,6	75,9	75,8
Mulheres	32,9	35,6	35,8	36,9	36,8	38,6	38,7	38,7
Taxa de Desocupação								
Total	4,3	4,9	4,3	3,4	2,4	3,6	3,8	3,0
Homens	4,2	4,9	4,1	3,2	2,3	3,4	3,6	3,1
Mulheres	4,4	4,8	4,6	3,8	2,7	4,0	4,2	2,9
Distribuição das Pessoas economicamente ativas, por sexo								
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	68,7	67,0	66,9	66,5	66,2	65,3	64,9	64,3
Mulheres	31,3	33,0	33,1	33,5	33,8	34,7	35,1	35,2

FONTE: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

NOTA: Exclui-se a população da área rural da Região Norte.

ANEXO ESTATÍSTICO

TABELAS SELECIONADAS DA "SÍNTESE DE INDICADORES DA PESQUISA BÁSICA DA PNAD DE 1981 A 1989"

TABELA 2

TRABALHO - DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO
ALGUMAS CARACTERÍSTICAS - 1989

CARACTERÍSTICAS	Brasil ⁽¹⁾	DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS (%)				
		GRANDES REGIÕES				
		Norte ⁽²⁾	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
TOTAL ⁽³⁾	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sexo						
Homens	64,8	63,0	65,9	64,3	63,8	67,2
Mulheres	35,2	37,0	34,1	35,7	36,2	32,8
Grupos de Idade						
10 a 17 anos	12,1	10,3	15,9	9,6	12,6	13,3
18 a 59 anos	83,1	85,3	77,8	86,1	83,2	82,8
60 anos ou mais	4,8	4,4	6,3	4,3	4,2	3,9
Posição na Ocupação						
Empregado	66,0	67,5	54,5	75,0	58,3	68,2
Com carteira assinada	39,1	35,2	22,8	49,4	39,8	33,8
Sem carteira assinada	26,9	32,3	31,7	25,6	18,5	34,4
Conta Própria	21,9	24,0	29,8	16,9	23,1	20,4
Empregador	4,3	5,0	3,0	4,8	4,2	6,2
Não Remunerado	7,8	3,5	12,7	3,3	14,4	5,2
Contribuição para Instituto de Previdência						
Contribuintes	50,6	47,9	29,3	63,8	51,0	44,1
Não Contribuintes	49,4	52,0	70,7	36,1	49,0	55,9
Ramos de Atividade						
Agrícola	23,1	7,4	39,5	12,2	30,6	21,5
Indústria de Transformação ⁽⁴⁾	17,5	15,7	11,0	22,8	16,4	10,3
Indústria da Construção	6,2	6,9	5,1	6,8	6,2	6,6
Comércio de Mercadorias	12,3	17,7	11,0	12,6	11,8	13,6
Prestação de Serviços e outros	40,9	52,3	33,4	45,6	35,0	48,0

FONTE: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

NOTAS:

- (1) Exclui a população da área rural da Região Norte.
- (2) Exclui a população da área rural.
- (3) Inclusive as pessoas sem declaração de idade, posição na ocupação e contribuição para Instituto de previdência.
- (4) Inclusive outras atividades industriais.

TABELA 3

TRABALHO - DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS, SEGUNDO ALGUMAS CARACTERÍSTICAS -
1981-1989
BRASIL

CARACTERÍSTICAS	DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS (%)							
	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
TOTAL ⁽¹⁾	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sexo								
Homens	68,8	67,0	67,0	66,6	66,3	65,4	65,1	64,8
Mulheres	31,2	33,0	33,0	33,4	33,7	34,6	34,9	35,2
Grupos de Idade								
10 a 17 anos	14,2	13,1	12,8	12,9	12,7	12,2	11,9	12,1
18 a 59 anos	81,3	82,4	82,7	82,6	83,0	83,1	83,3	83,1
60 anos ou mais	4,5	4,5	4,5	4,5	4,3	4,7	4,8	4,6
Posição na Ocupação								
Empregado ⁽²⁾	64,2	65,0	63,8	64,5	66,1	66,0	66,1	66,0
Com carteira assinada	37,3	34,3	35,0	36,4	38,2	38,5	38,8	39,1
Sem carteira assinada	26,9	30,7	28,8	28,1	27,9	27,5	27,3	26,9
Conta-própria	22,7	22,6	23,3	22,8	22,9	22,6	23,0	21,9
Empregador	3,2	3,1	3,3	3,2	3,4	3,5	3,3	4,3
Não remunerado	9,9	9,3	9,6	9,5	7,6	7,9	7,6	7,8
Contribuição para Instituto de Previdência								
Contribuintes	49,9	47,7	46,8	47,2	49,9	49,4	50,7	50,6
Não contribuintes	50,1	52,3	53,2	52,8	50,1	50,6	49,3	49,4
Ramos de Atividade								
Agrícola	29,3	27,1	29,8	28,6	25,8	24,6	24,2	23,1
Indústria de Transformação ⁽³⁾	16,6	15,8	15,9	16,3	17,7	17,2	17,0	17,5
Indústria da Construção	8,1	9,6	5,8	5,8	6,5	6,6	6,3	6,2
Comércio de Mercadorias	10,3	10,5	10,7	10,9	11,3	11,6	11,6	12,3
Prestação de serviços e outros	35,7	37,0	37,8	38,4	38,7	40,0	40,9	40,9

FONTE: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

NOTA: Exclui a população da área rural da Região Norte.

- (1) Inclusive as pessoas sem declaração de idade, posição na ocupação e contribuição para Instituto de previdência.
- (2) Inclusive os empregados sem declaração de posse de carteira de trabalho assinada.
- (3) Inclusive outras atividades industriais.

TABELA 4

TRABALHO - DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS NO TRABALHO PRINCIPAL, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO O SEXO, A ATIVIDADE E A POSSE DE CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA - 1989

SEXO, ATIVIDADE E POSSE DE CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA	DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS NO TRABALHO PRINCIPAL (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sexo						
Homens	63,5	59,9	64,3	63,5	62,6	64,1
Mulheres	36,5	40,1	35,7	36,5	37,4	35,9
Atividade						
Agrícola	13,1	3,7	24,1	9,4	11,3	14,7
Não agrícola	86,9	96,3	75,9	90,6	88,7	85,3
Posse de carteira assinada						
Possuíam	59,3	52,1	41,9	65,8	68,3	49,6
Não possuíam	40,7	47,9	58,1	34,2	31,7	50,4
Homens	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira assinada	61,8	53,3	41,5	69,5	72,2	49,9
Sem carteira assinada	38,2	46,7	58,5	30,5	27,8	50,1
Mulheres	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira assinada	55,1	50,2	42,4	59,4	61,7	49,1
Sem carteira assinada	44,9	49,8	57,6	40,6	38,3	50,9
Atividade Agrícola	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira assinada	22,0	8,1	13,8	28,0	31,0	22,1
Sem carteira assinada	78,0	91,9	86,2	72,0	69,0	77,9
Atividade não agrícola	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira assinada	65,0	53,8	50,8	69,8	73,0	54,3
Sem carteira assinada	35,0	46,2	49,2	30,2	27,0	45,7

FONTE: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

NOTA:

(1) Exclusiva a população da área rural da Região Norte.

(2) Exclusiva a população da área rural.

TABELA 5

TRABALHO - DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS NO TRABALHO PRINCIPAL, SEGUNDO O SEXO, A ATIVIDADE E A POSSE DE CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA - 1981-1989
BRASIL

SEXO, ATIVIDADE E POSSE DE CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA	DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS NO TRABALHO PRINCIPAL (%)							
	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
TOTAL (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sexo								
Homens	67,8	66,6	65,9	65,6	65,0	64,4	64,1	63,5
Mulheres	32,2	33,4	34,1	34,4	35,0	35,6	35,9	36,5
Atividade								
Agrícola	16,7	15,8	18,1	16,9	15,3	14,8	14,2	13,1
Não agrícola	83,3	84,2	81,9	83,1	84,7	85,2	85,8	86,9
Posse de carteira assinada								
Possuíam	58,1	52,8	54,9	56,5	57,8	58,3	58,7	59,3
Não possuíam	41,9	47,2	45,1	43,5	42,2	41,7	41,3	40,7
Homens (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira assinada	60,0	54,5	57,5	59,4	60,3	60,8	61,2	61,8
Sem carteira assinada	40,0	45,5	42,5	40,6	39,7	39,2	38,8	38,2
Mulheres (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira assinada	54,1	49,3	49,9	51,0	53,3	53,6	54,3	55,1
Sem carteira assinada	45,9	50,7	50,1	49,0	46,7	46,4	45,7	44,9
Atividade Agrícola (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira assinada	13,3	10,7	13,7	17,3	17,7	20,4	20,5	22,0
Sem carteira assinada	86,7	89,3	86,3	82,7	82,3	79,6	79,5	78,0
Atividade não Agrícola (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira assinada	67,1	60,7	64,0	64,5	65,1	64,8	65,0	65,0
Sem carteira assinada	32,9	39,3	36,0	35,5	34,9	35,2	35,0	35,0

FONTE: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

NOTA:

Exclusiva a população da área rural da Região Norte.

(1) Inclusive os empregados sem declaração de posse de carteira de trabalho assinada.

TABELA 6

RENDIMENTO - DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS OCUPADAS COM RENDIMENTO DE TRABALHO, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO AS CLASSES DE PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS, EM ORDEM CRESCENTE DE RENDIMENTO DE TODOS OS TRABALHOS

1989

Classes de Percentual das Pessoas Ocupadas, em Ordem Crescente de Rendimento de todos os trabalhos(%)	Brasil ⁽¹⁾	DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS OCUPADAS COM RENDIMENTO DE TRABALHO (%)				
		GRANDES REGIÕES				
		Norte ⁽²⁾	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Simples						
Até 10	0,7	0,8	0,6	0,9	1,0	0,8
Mais de 10 a 20	1,6	1,9	1,4	1,9	2,1	1,7
Mais de 20 a 30	2,4	2,3	2,1	2,3	2,5	2,2
Mais de 30 a 40	2,8	3,0	3,1	3,1	3,3	2,6
Mais de 40 a 50	3,7	4,0	4,0	4,0	4,2	3,4
Mais de 50 a 60	5,0	5,1	4,6	5,3	5,3	4,5
Mais de 60 a 70	6,7	6,7	6,1	7,1	7,0	6,2
Mais de 70 a 80	9,6	9,7	8,5	10,2	9,9	9,0
Mais de 80 a 90	16,0	15,9	13,9	16,1	16,1	15,6
Mais de 90 a 100	51,5	50,6	55,7	49,1	48,6	54,0
Mais de 95 a 100	37,7	36,9	42,6	35,4	34,9	40,2
Mais de 99 a 100	15,9	16,0	19,9	14,6	14,0	17,7
Acumuladas						
Até 10	0,7	0,8	0,6	0,9	1,0	0,8
Até 20	2,3	2,7	2,0	2,8	3,1	2,5
Até 30	4,7	5,0	4,1	5,1	5,6	4,7
Até 40	7,5	8,0	7,2	8,2	8,9	7,3
Até 50	11,2	12,0	11,2	12,2	13,1	10,7
Até 60	16,2	17,1	15,8	17,5	18,4	15,2
Até 70	22,9	23,8	21,9	24,6	25,4	21,4
Até 80	32,5	33,5	30,4	34,8	35,3	30,4
Até 90	48,5	49,4	44,3	50,9	51,4	46,0
Até 100	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

NOTA:

- (1) Exclusive o rendimento da população da área rural da Região Norte.
 (2) Exclusive o rendimento da população da área rural.

TABELA 7

RENDIMENTO - DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS OCUPADAS COM RENDIMENTO DE TRABALHO, SEGUNDO AS CLASSES DE PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS, EM ORDEM CRESCENTE DE RENDIMENTO DE TODOS OS TRABALHOS - 1981-1989

BRASIL

CLASSES DE PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS, EM ORDEM CRESCENTE DE RENDIMENTO DE TODOS OS TRABALHOS(%)	DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS OCUPADAS COM RENDIMENTO DE TRABALHO (%)							
	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Simples								
Até 10	0,9	1,0	0,9	0,8	1,0	0,8	0,6	0,7
Mais de 10 a 20	2,0	1,8	1,8	1,7	2,1	1,9	1,6	1,6
Mais de 20 a 30	3,0	2,8	2,9	2,8	2,7	2,6	2,6	2,4
Mais de 30 a 40	3,8	3,5	3,5	3,3	3,3	3,3	3,1	2,8
Mais de 40 a 50	4,8	4,3	4,3	4,2	4,4	4,4	4,1	3,7
Mais de 50 a 60	6,0	5,6	5,7	5,5	5,7	5,7	5,3	5,0
Mais de 60 a 70	7,8	7,4	7,5	7,3	7,4	7,5	7,0	6,7
Mais de 70 a 80	10,7	10,4	10,4	10,3	10,3	10,5	10,0	9,6
Mais de 80 a 90	16,1	16,5	16,2	16,5	15,8	16,4	16,0	16,0
Mais de 90 a 100	44,9	46,7	46,8	47,6	47,3	46,9	49,7	51,5
Mais de 95 a 100	31,9	33,1	33,3	33,9	33,9	33,3	35,8	37,7
Mais de 99 a 100	12,1	13,2	13,0	13,3	14,0	13,5	14,2	15,9
Acumuladas								
Até 10	0,9	1,0	0,9	0,8	1,0	0,8	0,6	0,7
Até 20	2,9	2,8	2,7	2,5	3,1	2,7	2,2	2,3
Até 30	5,9	5,6	5,6	5,3	5,8	5,3	4,8	4,7
Até 40	9,7	9,1	9,1	8,6	9,1	8,6	7,9	7,5
Até 50	14,5	13,4	13,4	12,8	13,5	13,0	12,0	11,2
Até 60	20,5	19,0	19,1	18,3	19,2	18,7	17,3	16,2
Até 70	28,3	26,4	26,6	25,6	26,6	26,2	24,3	22,9
Até 80	39,0	36,8	37,0	35,9	36,9	36,7	34,3	32,5
Até 90	55,1	53,1	53,2	52,4	52,7	53,1	50,3	48,5
Até 100	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

NOTA: Exclusive o rendimento da população da área rural da Região Norte.

TABELA 8

RENDIMENTO - ÍNDICE DE GINI DA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS OCUPADAS COM RENDIMENTO DE TRABALHO, SEGUNDO O SEXO - 1981-1989
BRASIL

SEXO	ÍNDICE DE GINI DA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS OCUPADAS COM RENDIMENTO DE TRABALHO							
	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
TOTAL								
Límite inferior	0,553	0,573	0,573	0,583	0,573	0,578	0,602	0,618
Límite superior	0,571	0,590	0,589	0,600	0,590	0,595	0,619	0,636
Homens								
Límite inferior	0,543	0,564	0,559	0,570	0,566	0,568	0,593	0,610
Límite superior	0,561	0,582	0,576	0,587	0,584	0,586	0,611	0,630
Mulheres								
Límite inferior	0,529	0,539	0,561	0,571	0,541	0,558	0,585	0,599
Límite superior	0,552	0,561	0,582	0,591	0,559	0,577	0,603	0,616

FONTE: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

NOTA: Exclusivo o rendimento da população da área rural da Região Norte.

TABELA 9

RENDIMENTO MÉDIO MENSAL, NOMINAL E REAL, DO TRABALHO PRINCIPAL DOS EMPREGADOS, SEGUNDO A POSSE DE CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA PELO EMPREGADOR - 1981-1989
BRASIL

POSSE DE CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA PELO EMPREGADOR	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DO TRABALHO PRINCIPAL DOS EMPREGADOS							
	1981	1983	1984	1985 ⁽¹⁾	1986	1987 ⁽¹⁾	1988	1989
NOMINAL								
Total ⁽²⁾	21.777	86.437	250.912	914.293	2.431	7.583	59.103	837
Possuíam ⁽²⁾	28.910	119.143	338.177	1.208.778	3.036	9.790	77.501	1.071
Não possuíam ⁽²⁾	11.890	49.886	144.778	532.074	1.602	4.504	32.935	496
REAL⁽³⁾								
Total ⁽⁴⁾	767	629	628	723	931	759	776	837
Possuíam ⁽⁴⁾	1.018	867	846	955	1.162	979	1.018	1.071
Não possuíam ⁽⁴⁾	419	363	362	421	613	451	433	496

FONTE: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

NOTA: Exclusivo o rendimento da população da área rural da Região Norte.

(1) Valores revistos.

(2) Valores em Cr\$ até 1985, em CZ\$ de 1986 a 1988 e em NCZ\$ em 1989.

(3) Inflacionado pelo INPC com base em setembro de 1989.

(4) Valores em NCZ\$.

PUBLICAÇÕES DO IEI EM 1991

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

	Nº de páginas
251. LESSA, Carlos; FIORI, José Luis. <u>E houve uma política econômica nacional-populista?</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991 (Discussão nº 251).	34
252. PENA, Maria Valéria Junho. <u>Um sub-produto das expectativas racionais - anotações de leitura sobre as razões de Jon Elster.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991 (Discussão nº 252).	30
253 - CASTRO, Antonio Barros de. <u>Política Industrial: razões e restrições.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991 (Discussão nº 253).	19
254 - CORRÊA, Paulo Guilherme. <u>A Teoria clássica vista a partir do conceito de programa de pesquisa.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991 (Discussão nº 254).	31
255 - ARAÚJO JUNIOR, José Tavares de. <u>Uma estratégia não liberal para a abertura da economia brasileira.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991 (Discussão nº 255).	37
256 - ARAÚJO JÚNIOR, José Tavares de. <u>A opção por soberanias compartilhadas na América Latina: o papel da economia brasileira.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991 (Discussão nº 256).	26
257 - TEIXEIRA, Aloisio; MIRANDA, José Carlos. <u>A Economia Mundial no Limiar do Século XXI: O Cenário mais Provável.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991 (Discussão nº 257).	56
258 - SABÓIA, João Luiz Maurity. <u>Emprego nos anos oitenta: uma década perdida.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991 (Discussão nº 258).	25